



SUMÁRIO

PARTE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO DO CONSUMIDOR	1
1. Origens Históricas do Direito do Consumidor	3
1.1 O direito do consumidor e o direito privado clássico.....	5
1.2 O direito do consumidor e os novos direitos.....	10
1.3 O microsistema do direito do consumidor	11
2. Fundamento Constitucional do Direito do Consumidor Brasileiro	15
2.1 A defesa do consumidor como direito fundamental.....	18
2.2 A defesa do consumidor como princípio da ordem constitucional econômica	25
2.3 A defesa do consumidor na Constituição da República de 1988 e o Código de Defesa do Consumidor	27
2.4 O CDC como lei de ordem pública e interesse social.....	29
2.5 Competências legislativas e executivas dos entes federados de defesa do consumidor	34
3. A Situação do Direito do Consumidor no Sistema Jurídico Brasileiro	41
3.1 O direito do consumidor e as outras disciplinas jurídicas.....	41
3.1.1 O direito do consumidor e sua relação com o direito civil.....	41
3.1.2 O direito do consumidor e sua relação com o direito processual.....	45
3.1.3 O direito do consumidor e o direito penal.....	47
3.1.4 O direito do consumidor e o direito administrativo.....	48
3.1.5 O direito do consumidor e o direito empresarial.....	49
3.1.6 O direito do consumidor e o direito da concorrência.....	51
3.1.7 Autonomia do direito do consumidor	53
3.2 O direito do consumidor e a ordenação do mercado.....	54
3.2.1 Direito do consumidor e patentes de invenção.....	59
3.2.2 Direito do consumidor e proteção das marcas.....	61
3.2.3 Direito do consumidor e direitos de autor	67
3.2.4 Direito do consumidor e livre concorrência.....	71
3.2.4.1 Bem-estar do consumidor no direito da concorrência.....	75

3.2.4.2	Modos de atuação.....	78
3.2.5	Direito do consumidor e defesa do meio ambiente.....	79
3.2.5.1	Desenvolvimento sustentável e qualidade de produtos e serviços.....	82
3.2.5.2	A denominada “responsabilidade pós-consumo”.....	84
3.3	Direito do consumidor e práticas sociais, ambientais e de governança empresarial (ESG).....	87
3.4	Direito do consumidor e <i>compliance</i>	90
4.	Princípios Gerais do Direito do Consumidor.....	95
4.1	Princípio da vulnerabilidade.....	95
4.1.1	A vulnerabilidade agravada do consumidor criança.....	99
4.1.2	A vulnerabilidade agravada do consumidor idoso.....	102
4.1.3	A vulnerabilidade agravada do consumidor analfabeto.....	106
4.1.4	A vulnerabilidade agravada do consumidor deficiente.....	109
4.1.5	A vulnerabilidade agravada do consumidor no ambiente digital (vulnerabilidade digital).....	112
4.2	Princípio da solidariedade.....	114
4.3	Princípio da boa-fé.....	118
4.4	Princípio do equilíbrio.....	122
4.5	Princípio da intervenção do Estado.....	124
4.6	Princípio da efetividade.....	125
4.7	Princípio da harmonia das relações de consumo.....	127
4.8	Princípio da prevenção e tratamento do superendividamento.....	127
5.	A Relação Jurídica de Consumo.....	131
5.1	Considerações iniciais.....	131
5.2	A definição jurídica de consumidor.....	132
5.2.1	O consumidor <i>standard</i>	132
5.2.2	O consumidor equiparado.....	135
5.2.2.1	O artigo 2º, parágrafo único, do CDC: a coletividade.....	135
5.2.2.2	O artigo 17 do CDC: as vítimas de acidentes de consumo..	136
5.2.2.3	O artigo 29 do CDC: os expostos às práticas comerciais.....	138
5.2.3	Correntes de interpretação da definição jurídica de consumidor.....	142
5.2.3.1	A interpretação finalista.....	143
5.2.3.2	A interpretação maximalista.....	146
5.2.3.3	O “finalismo aprofundado”.....	149
5.3	A definição jurídica de fornecedor.....	154
5.3.1	O fornecedor como profissional.....	155

5.3.2	O fornecedor como agente econômico no mercado de consumo.....	157
5.4	O objeto da relação jurídica de consumo	162
5.4.1	Definição jurídica de produto.....	163
5.4.2	Definição jurídica de serviço	167
5.4.3	O problema do serviço público como objeto da relação de consumo.....	172
5.4.4	O critério da remuneração econômica.....	184
5.4.4.1	Remuneração direta.....	185
5.4.4.2	Remuneração indireta	185
PARTE II – DIREITO MATERIAL DO CONSUMIDOR		187
1.	Os Direitos Básicos do Consumidor	189
1.1	Direito à vida	191
1.2	Direito à saúde e à segurança.....	192
1.3	Direito à informação.....	194
1.4	Direito à proteção contra práticas e cláusulas abusivas.....	197
1.5	Direito ao equilíbrio contratual.....	198
1.6	Direito à manutenção do contrato.....	205
1.7	Direito à prevenção de danos	207
1.8	Direito à efetiva reparação de danos.....	209
1.9	Direito de acesso à justiça	213
1.10	Direito à facilitação da defesa dos seus direitos e inversão do ônus da prova..	217
1.11	Direito à prestação adequada e eficaz de serviços públicos.....	225
1.12	Direito à garantia do crédito responsável e preservação do mínimo existencial	226
2.	A Proteção Contratual do Consumidor	229
2.1	A nova teoria contratual e o direito do consumidor	231
2.1.1	A autonomia privada e o contrato de consumo	236
2.1.2	Nova visão da relação contratual: o processo obrigacional	238
2.1.3	A proteção da confiança nos contratos de consumo.....	239
2.2	A formação do contrato de consumo	242
2.2.1	A oferta de consumo e sua eficácia vinculante	243
2.2.1.1	Requisitos da oferta de consumo.....	248
2.2.1.2	Solidariedade do fornecedor e seus prepostos e representantes	249
2.2.2	O regime jurídico da publicidade	252
2.2.2.1	O fundamento constitucional da atividade publicitária	255
2.2.2.2	Os princípios da atividade publicitária	260
2.2.2.2.1	Princípio da identificação.....	261

	2.2.2.2.2	Princípio da veracidade	264
	2.2.2.2.3	Princípio da vinculação	266
	2.2.2.3	A eficácia vinculativa da publicidade.....	266
	2.2.2.4	A publicidade ilícita.....	268
	2.2.2.4.1	Publicidade enganosa	269
	2.2.2.4.2	Publicidade abusiva	274
	2.2.2.5	A publicidade restrita.....	275
	2.2.2.6	Publicidade comparativa.....	278
	2.2.2.7	A publicidade infantil.....	279
	2.2.2.8	Autorregulamentação publicitária	283
2.2.3		Eficácia do direito subjetivo à informação do consumidor	284
	2.2.3.1	Amplitude do direito à informação do consumidor.....	288
	2.2.3.2	Violação do dever de informar: efeitos para o consumidor	292
2.2.4		Efeitos do descumprimento da oferta pelo fornecedor.....	293
	2.2.4.1	Cumprimento específico da obrigação.....	295
	2.2.4.2	Oferecimento de produto ou serviço equivalente.....	295
	2.2.4.3	Rescisão do contrato	296
	2.2.4.4	Perdas e danos.....	297
2.3		Execução do contrato de consumo.....	299
	2.3.1	Proteção do consumidor contra práticas abusivas.....	300
	2.3.1.1	Caracterização das práticas abusivas.....	303
	2.3.1.2	Sanções para a violação da proibição de práticas abusivas.....	305
	2.3.1.3	Critérios para interpretação e concreção das condutas definidas como práticas abusivas.....	307
	2.3.1.3.1	Anormalidade ou excesso do exercício da liberdade negocial pelo fornecedor	307
	2.3.1.3.2	Dimensão coletiva das práticas abusivas.....	307
	2.3.1.3.3	Deslealdade e violação da boa-fé.....	309
	2.3.1.4	As várias espécies de práticas abusivas tipificadas na lei.....	310
	2.3.1.4.1	Condicionamento do fornecimento de produto ou serviço (venda casada).....	310
	2.3.1.4.2	Recusa de fornecimento	315
	2.3.1.4.3	Envio de produto ou oferecimento de serviço não solicitado.....	316
	2.3.1.4.4	Aproveitamento da vulnerabilidade agravada do consumidor	317
	2.3.1.4.5	Exigência de vantagem manifestamente excessiva	318

2.3.1.4.6	Execução de serviços sem elaboração de orçamento prévio.....	320
2.3.1.4.7	Divulgação de informações depreciativas decorrente do exercício do direito pelo consumidor...	322
2.3.1.4.8	Oferecimento no mercado de produto ou serviço em desacordo com normas técnicas	322
2.3.1.4.9	Recusa de fornecimento mediante pronto pagamento	324
2.3.1.4.10	Elevação de preço sem justa causa (aumento arbitrário)	326
2.3.1.4.11	Aplicação de fórmula ou índice de reajuste diverso do previsto na lei ou no contrato.....	331
2.3.1.5	Proibição da discriminação injusta do consumidor.....	332
2.3.1.5.1	Discriminação e recusa a contratar.....	336
2.3.1.5.2	Discriminação e diferenciação ao contratar	339
2.3.2	Proteção do consumidor e cobrança de dívidas.....	343
2.3.2.1	Limites do exercício do direito de crédito pelo fornecedor ..	346
2.3.2.2	Cobrança indevida de dívida.....	347
2.3.3	Bancos de dados e cadastros de consumidores.....	350
2.3.3.1	Noções introdutórias: distinção entre bancos de dados e cadastros de consumidores.....	351
2.3.3.2	A regulação dos bancos de dados e cadastros de consumidores pelo CDC.....	354
2.3.3.3	Espécies de bancos de dados	359
2.3.3.4	Cadastros de consumidores.....	361
2.3.3.5	Inclusão do consumidor no banco de dados: o direito à comunicação.....	362
2.3.3.6	Direitos do consumidor perante sua inclusão no banco de dados	364
2.3.3.6.1	Direito de acesso à informação.....	365
2.3.3.6.2	Direito à correção da informação.....	366
2.3.3.6.3	Direito à retificação da informação.....	367
2.3.3.6.4	Direito à exclusão da informação	369
2.3.3.7	Prazos de manutenção e divulgação das informações em banco de dados.....	370
2.3.3.8	Bancos de dados de informações positivas (“cadastro positivo de crédito”).....	371
2.3.3.8.1	Abertura do cadastro e inclusão das informações de crédito.....	374

2.3.3.8.2	Conteúdo das informações arquivadas nos “cadastros positivos de crédito”	375
2.3.3.8.3	Direitos do consumidor em relação às informações arquivadas.....	377
2.3.3.8.4	Deveres dos fornecedores de crédito (fontes)	381
2.3.3.8.5	Deveres do gestor do banco de dados.....	382
2.3.3.8.6	Origem dos dados e compartilhamento das informações	384
2.3.3.8.7	Responsabilidade da fonte, do gestor do banco de dados e do consulente.....	385
2.3.3.8.8	Temporalidade das informações.....	386
2.3.3.9	Sistemas de pontuação de crédito (<i>scoring</i>)	387
2.3.4	O regime das cláusulas abusivas nos contratos de consumo.....	391
2.3.4.1	Natureza jurídica das cláusulas abusivas no CDC.....	395
2.3.4.2	Eficácia da proteção do consumidor contra cláusulas abusivas	400
2.3.4.2.1	Nulidade de pleno direito	400
2.3.4.2.2	Redução do negócio jurídico.....	407
2.3.4.3	Controle das cláusulas abusivas e legitimação processual.....	408
2.3.4.4	Tipologia das cláusulas abusivas no CDC.....	410
2.3.4.5	Principais espécies de cláusulas abusivas	413
2.3.4.5.1	Cláusulas de limitação ou exoneração de responsabilidade civil	413
2.3.4.5.2	Cláusulas de renúncia ou disposição de direitos	415
2.3.4.5.3	Cláusulas de decaimento, controle da cláusula penal e outros efeitos do inadimplemento.....	416
2.3.4.5.4	Cláusulas que violem o equilíbrio contratual: o controle dos juros contratados.....	418
2.3.4.5.5	Cláusulas que violem o equilíbrio contratual: controle <i>in concreto</i> pelo juiz.....	423
2.3.4.5.6	Cláusulas de inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.....	428
2.3.4.5.7	Cláusulas que condicionem ou limitem o acesso ao Poder Judiciário	429
2.3.4.5.8	Cláusulas-mandato.....	432
2.3.4.5.9	Cláusulas potestativas.....	434
2.3.4.5.10	Cláusulas-surpresa	435
2.3.5	Interpretação dos contratos de consumo.....	437
2.4	Extinção do contrato de consumo e seus efeitos.....	441

2.4.1	Direito de arrependimento do consumidor	441
2.4.2	Adimplemento contratual	443
2.4.3	Inadimplemento contratual e direito à resolução.....	444
2.4.3.1	Obstáculo ao direito de resolução: direito à manutenção do contrato	447
2.4.3.2	Obstáculo ao direito de resolução: direito à revisão do contrato	449
2.4.4	Extinção do contrato e eficácia pós-contratual	450
2.5	As várias espécies de contratos de consumo	451
2.5.1	Compra e venda de consumo	451
2.5.2	Contratos imobiliários	452
2.5.2.1	Cláusulas abusivas nos contratos imobiliários.....	454
2.5.2.2	O dever de informar nos contratos imobiliários	459
2.5.2.3	Extinção do contrato: resolução por inadimplemento e resilição.....	462
2.5.2.4	Direito de arrependimento.....	467
2.5.3	Contratos bancários e financeiros	467
2.5.3.1	Distinção entre serviços e operações bancárias: irrelevância para aplicação do CDC aos contratos bancários	473
2.5.3.2	Expansão do crédito e proteção do consumidor	474
2.5.3.3	Principais contratos bancários e financeiros de consumo	478
2.5.3.3.1	Mútuo bancário	479
2.5.3.3.1.1	Disciplina legal dos juros contratados	479
2.5.3.3.1.2	Comissão de permanência	482
2.5.3.3.1.3	Pagamento antecipado e multa por inadimplemento.....	485
2.5.3.3.2	Contrato de abertura de crédito	486
2.5.3.3.3	Contratos de conta-corrente e depósito	493
2.5.3.3.4	Contratos de cartão de crédito.....	496
2.5.4	Contratos de planos de assistência e seguro de saúde.....	501
2.5.4.1	Plano de assistência à saúde e regulação da ANS.....	504
2.5.4.2	O interesse útil do consumidor e a natureza dos contratos de planos de assistência à saúde	504
2.5.4.2.1	Rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar	508
2.5.4.2.2	Exclusão de doenças preexistentes.....	513
2.5.4.2.3	Rede credenciada	514

2.5.4.3	Controle das cláusulas e práticas abusivas nos planos de assistência à saúde.....	518
2.5.4.4	Planos de saúde coletivos e relação de trabalho.....	526
2.5.5	Contratos de seguro.....	527
2.5.5.1	Características do contrato de seguro como contrato de consumo.....	529
2.5.5.2	Deveres do segurador-fornecedor na contratação do seguro.....	536
2.5.5.3	Formação do contrato de seguro.....	539
2.5.5.4	Direito do consumidor e regulação do sinistro.....	541
2.5.5.5	Controle de conteúdo do contrato e as cláusulas limitativas da obrigação de indenizar do segurador.....	544
2.5.5.6	Prazos para exercício da pretensão pelo consumidor.....	555
2.5.6	Contratos de consórcio.....	556
2.5.6.1	Características do contrato de consórcio.....	557
2.5.6.2	Equilíbrio econômico do contrato de consórcio e o direito do consumidor.....	558
2.5.6.3	Da resolução do contrato por desistência ou inadimplemento do consorciado.....	559
2.5.7	Contratos de previdência complementar privada.....	561
2.5.7.1	Características dos contratos de previdência complementar privada.....	564
2.5.7.2	Dever de informar nos contratos de previdência complementar privada.....	567
2.5.7.3	Prazo prescricional para exercício da pretensão de correção ou atualização de valores.....	569
2.5.8	Contratos de transporte.....	570
2.5.8.1	Características do contrato de transporte como contrato de consumo.....	573
2.5.8.2	Responsabilidade do transportador.....	575
2.5.8.3	Contratos de transporte aéreo e terrestre.....	578
2.5.8.4	Os programas de fidelidade no transporte aéreo.....	582
2.5.9	Contratos de serviços turísticos.....	584
2.5.10	Contratos de hospedagem.....	590
2.5.10.1	Disciplina legal do contrato de hospedagem.....	591
2.5.10.2	Cobrança de dívida e penhor legal de bagagens.....	597
2.5.11	Contratos de serviços educacionais.....	598
2.5.12	Contratos de serviços de telecomunicação.....	606
2.5.12.1	Proteção do consumidor de serviços de telecomunicação na fase pré-contratual.....	609

2.5.12.2	Proteção do consumidor dos serviços de telecomunicação na execução do contrato.....	610
3.	Responsabilidade Civil do Fornecedor.....	615
3.1	Noções introdutórias.....	616
3.1.1	Fundamento da responsabilidade civil na sociedade de consumo de massas: a proteção dos interesses legítimos dos consumidores	617
3.1.2	Tendência contemporânea da responsabilidade civil: abandono do critério da culpa.....	619
3.1.3	Novos critérios de imputação da responsabilidade: entre o risco e a vantagem econômica da atividade	621
3.2	Responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço	622
3.2.1	Definição	625
3.2.2	Critério de identificação.....	626
3.2.3	Requisitos.....	629
3.2.3.1	Condução	633
3.2.3.2	Defeito.....	635
3.2.3.2.1	Defeitos de projeto ou concepção	637
3.2.3.2.2	Defeitos de execução, produção ou fabricação ..	638
3.2.3.2.3	Defeitos de informação ou comercialização	642
3.2.3.3	Nexo de causalidade.....	644
3.2.3.4	Dano.....	649
3.2.3.4.1	Danos materiais e morais.....	649
3.2.3.4.2	Danos individuais, coletivos e difusos.....	654
3.2.4	Excludentes de responsabilidade	656
3.2.4.1	Não colocação do produto no mercado.....	658
3.2.4.2	Inexistência de defeito.....	660
3.2.4.3	Culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.....	662
3.2.4.4	Caso fortuito e força maior como excludentes da responsabilidade civil de consumo.....	669
3.2.5	O risco do desenvolvimento.....	673
3.2.6	Solidariedade da cadeia de fornecimento.....	677
3.2.6.1	Direito de regresso.....	682
3.2.6.2	Responsabilidade subsidiária do comerciante.....	683
3.2.7	O artigo 931 do Código Civil e o CDC.....	684
3.2.8	Responsabilidade dos profissionais liberais por fato do serviço	686
3.2.9	Prazo prescricional.....	694
3.3	Responsabilidade por vício do produto ou do serviço.....	699
3.3.1	Definição.....	702

3.3.2	Requisitos.....	706
3.3.3	Solidariedade da cadeia de fornecimento.....	711
3.3.4	Eficácia da responsabilidade por vício do produto.....	718
3.3.4.1	Substituição do produto.....	718
3.3.4.2	Restituição imediata da quantia paga.....	719
3.3.4.3	Abatimento do preço.....	720
3.3.4.4	Vício de quantidade: complementação do peso ou medida....	721
3.3.4.5	Perdas e danos.....	721
3.3.5	Eficácia da responsabilidade por vício do serviço.....	723
3.3.5.1	Reexecução do serviço.....	725
3.3.5.2	Restituição imediata da quantia paga.....	725
3.3.5.3	Abatimento do preço.....	726
3.3.5.4	Perdas e danos.....	726
3.3.6	Prazo para exercício do direito de reclamar por vícios.....	730
3.3.6.1	Espécies de prazos.....	732
3.3.6.2	Causas que obstam a fluência do prazo da garantia.....	733
3.3.7	Garantia legal e garantia contratual.....	735
3.4	Extensão da responsabilidade patrimonial do fornecedor.....	737
3.4.1	Funções da indenização no CDC.....	739
3.4.2	Desconsideração da personalidade jurídica.....	743
3.4.2.1	A desconsideração da personalidade jurídica no direito civil.....	746
3.4.2.2	A desconsideração da personalidade jurídica no CDC.....	753
3.4.2.2.1	Grupos societários e sociedades controladas.....	755
3.4.2.2.2	Sociedades consorciadas.....	757
3.4.2.2.3	Sociedades coligadas.....	757
3.4.2.2.4	A cláusula geral do artigo 28, § 5º, do CDC.....	758
4.	Superendividamento do Consumidor.....	761
4.1	O fenômeno do superendividamento do consumidor e as funções de uma disciplina legislativa própria.....	761
4.2	Direitos fundamentais e a proteção do consumidor em situação de superendividamento.....	763
4.3	Origens e principais características da Lei 14.181/2021.....	765
4.4	Definição jurídica de superendividamento.....	768
4.5	Âmbito de aplicação da lei.....	770
4.6	Preservação do mínimo existencial.....	772
4.7	A prevenção ao superendividamento: deveres do fornecedor na oferta e contratação do crédito.....	774

4.7.1	Deveres de informação.....	776
4.7.2	Deveres de lealdade e cooperação.....	779
4.7.3	Deveres de cuidado.....	782
4.7.4	Sanções da violação aos deveres na oferta e contratação.....	784
4.7.4.1	Invalidade parcial ou total do contrato	785
4.7.4.2	Ineficácia parcial do contrato	785
4.7.4.3	Revisão judicial (“revisão-sanção”).....	786
4.7.4.4	Outras sanções.....	788
4.7.5	Conexidade contratual entre contratos de consumo de produtos e serviços e contratos de crédito	788
4.7.6	Processo de repactuação de dívidas.....	789
4.7.6.1	Conciliação	791
4.7.6.2	Obrigações do consumidor	794
4.7.7	Processo para revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas remanescentes.....	795
4.7.7.1	As fases do procedimento	797
4.7.7.2	O plano judicial compulsório.....	797
PARTE III – DIREITO DO CONSUMIDOR NO MERCADO DE CONSUMO DIGITAL.....		799
1.	O Novo Paradigma Tecnológico e o Mercado de Consumo Digital	801
1.1	As transformações do mercado de consumo no mundo digital.....	804
1.1.1	As novas formas de oferta e contratação.....	807
1.1.1.1	Comércio eletrônico	807
1.1.1.2	Fornecimento por plataforma digital	809
1.1.1.3	Contratos inteligentes (<i>Smart contracts</i>).....	817
1.1.2	Os novos produtos e serviços	820
1.1.2.1	Bens digitais	820
1.1.2.2	Internet das coisas	824
1.1.2.3	Inteligência artificial	827
1.2.	Repercussão do novo paradigma tecnológico da digitalização sobre o direito do consumidor.....	833
1.2.1	Aproximação das categorias de produto e serviço.....	834
1.2.2	Os novos riscos e os regimes de responsabilidade dos fornecedores ...	838
1.2.3	Novos métodos de solução de disputas (resolução de disputas on-line).....	839
2.	O Direito do Consumidor e a Disciplina Jurídica da Internet.....	845
2.1	Os princípios da disciplina da internet no Brasil e os direitos do consumidor ...	846
2.2	Direitos básicos do consumidor no acesso à internet.....	847

2.3	Proteção do usuário de internet e intervenção na autonomia contratual das partes	848
2.4	Formação de bancos de dados com informações de usuários da internet.....	849
3.	A Proteção de Dados Pessoais e o Direito do Consumidor	851
3.1	A proteção de dados pessoais e sua repercussão no mercado de consumo.....	852
3.2	A Lei Geral de Proteção de Dados e o Código de Defesa do Consumidor	855
3.3	Os princípios da LGPD e o direito do consumidor.....	856
3.3.1	Boa-fé.....	856
3.3.2	Finalidade.....	858
3.3.3	Adequação.....	863
3.3.4	Necessidade.....	863
3.3.5	Livre acesso.....	864
3.3.6	Qualidade dos dados	865
3.3.7	Transparência	866
3.3.8	Segurança	867
3.3.9	Prevenção	867
3.3.10	Não discriminação.....	868
3.3.11	Responsabilização e prestação de contas	871
3.4	A disciplina legal especial dos bancos de dados de proteção ao crédito.....	871
3.5	A Autoridade Nacional de Proteção de Dados e o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.....	872
3.6	Fundamento legal para o tratamento de dados pessoais de consumidores.....	875
3.6.1	O consentimento	876
3.6.1.1	Requisitos substanciais e formais do consentimento	881
3.6.1.2	Ônus da prova do consentimento.....	883
3.6.2	O cumprimento de obrigação legal ou regulatória.....	883
3.6.2.1	Alteração do fundamento legal para tratamento de dados obtidos por consentimento do titular	885
3.6.3	A execução de contrato ou de procedimentos preliminares ao contrato....	885
3.6.4	O exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral	886
3.6.5	A proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro	887
3.6.6	A tutela da saúde em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária	888
3.6.7	Interesses legítimos do controlador ou de terceiro.....	888
3.6.8	Tratamento para proteção do crédito.....	893
3.6.9	Dados pessoais de acesso público e/ou tornados públicos pelo titular ...	894

3.6.10	Outras hipóteses	896
3.6.10.1	O tratamento de dados pela Administração Pública	896
3.6.10.2	Realização de estudos por órgão de pesquisa	896
3.7	Direitos subjetivos do titular dos dados	898
3.7.1	Confirmação da existência de tratamento	898
3.7.2	Acesso aos dados.....	899
3.7.3	Correção dos dados	900
3.7.4	Anonimização.....	901
3.7.5	Portabilidade.....	901
3.7.6	Eliminação dos dados.....	902
3.7.7	Informação sobre compartilhamento.....	903
3.7.8	Revogação do consentimento.....	903
3.8	Disciplina especial da proteção de dados pessoais sensíveis do consumidor....	903
3.9	Disciplina especial da proteção de dados de crianças e adolescentes.....	905
3.10	Responsabilidade pelos danos aos consumidores quanto ao tratamento indevido de dados pessoais	905
4	Contratos de Consumo Digital.....	909
4.1	Equivalência funcional	911
4.2	Fornecedores de serviços no ambiente virtual: os provedores de internet	912
4.2.1	Os provedores de aplicações de internet e o fornecimento de produtos e serviços.....	914
4.2.1.1	Aplicativos e sua comercialização	916
4.2.1.2	Redes sociais	918
4.2.1.3	Metaverso e gamificação.....	920
4.2.1.4	O conteúdo do contrato de consumo nas aplicações de internet: termos de uso e condições gerais contratuais	923
4.2.2	Provedores de conexão	927
4.3	Aspectos distintivos do contrato de consumo digital	929
4.4	O dever de informar nos contratos de consumo digitais.....	931
4.5	Dever de informar e formação do contrato de consumo digital.....	934
4.6	Inadimplemento do contrato de consumo digital.....	939
4.7	Provedores de intermediação e responsabilidade contratual	940
4.8	Provedores de intermediação e promoção de compras coletivas pela internet.....	943
4.9	Provedores de intermediação e consumo colaborativo: a economia do compartilhamento na internet.....	945
4.10	Responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto e do serviço na internet.....	949
4.11	Responsabilidade dos provedores de internet por conteúdo gerado por terceiros na Lei 12.965/2014 (o denominado “Marco Civil da Internet”).....	955

PARTE IV – DIREITO PROCESSUAL DO CONSUMIDOR.....	961
1. Tutela Processual do Consumidor	963
1.1 Noções introdutórias.....	965
1.2 Estágio atual do processo civil brasileiro e sua repercussão no direito do consumidor: o Código de Processo Civil de 2015.....	967
1.3 Dimensão processual dos direitos básicos do consumidor	971
1.3.1 Acesso à Justiça.....	971
1.3.1.1 Jurisdição internacional e foro do domicílio do consumidor...	973
1.3.1.2 Cláusula de eleição de foro	974
1.3.1.3 Foro do domicílio do consumidor e juízo universal na falência do fornecedor.....	975
1.3.2 Facilitação da defesa: distribuição e inversão do ônus da prova	977
1.3.3 Efetividade do processo.....	984
1.3.4 Métodos de autocomposição e meios alternativos de solução de conflitos.....	987
1.3.4.1 Mediação e conciliação	988
1.3.4.2 Arbitragem de consumo	991
2. Dimensão Coletiva da Tutela do Consumidor.....	995
2.1 Tutela coletiva do consumidor.....	995
2.2 Nova classificação dos direitos subjetivos e sua tutela processual.....	996
2.2.1 Interesses ou direitos difusos	998
2.2.2 Interesses ou direitos coletivos.....	999
2.2.3 Interesses ou direitos individuais homogêneos.....	1000
2.3 Tutela coletiva no CDC e na Lei da Ação Civil Pública.....	1002
2.4 Legitimidade processual para defesa coletiva do consumidor.....	1003
2.4.1 Ministério Público	1009
2.4.1.1 Ministério Público e defesa dos interesses individuais homogêneos.....	1010
2.4.1.2 Procedimentos extraprocessuais do Ministério Público	1012
2.4.1.2.1 Inquérito civil	1012
2.4.1.2.2 Audiências públicas	1014
2.4.2 União, Estados, Municípios e Distrito Federal	1015
2.4.3 Entidades ou órgãos da Administração Pública.....	1016
2.4.4 Associações de consumidores	1019
2.4.4.1 Requisito da pré-constituição de um ano	1021
2.4.4.2 Representatividade adequada.....	1022
2.4.5 Compromisso de ajustamento.....	1023

2.5	Ações coletivas para defesa de direitos individuais homogêneos	1026
2.5.1	Competência.....	1029
2.5.2	Eficácia da decisão em caso de procedência do pedido.....	1031
2.5.3	Eficácia da decisão em caso de improcedência do pedido	1033
2.5.4	Liquidação e execução da sentença	1034
2.5.5	Prazo prescricional e ações coletivas.....	1037
2.6	Coisa julgada nas ações coletivas.....	1039
2.6.1	Coisa julgada nas ações coletivas para defesa de direitos ou interesses difusos.....	1041
2.6.2	Coisa julgada nas ações coletivas para defesa de direitos ou interesses coletivos.....	1042
2.6.3	Coisa julgada nas ações coletivas para defesa de direitos ou interesses individuais homogêneos.....	1043
2.6.4	Coisa julgada <i>in utilibus</i>	1044
2.6.5	Competência do juízo e efeitos da coisa julgada	1045
2.6.6	Concomitância de ações coletivas.....	1046
2.6.7	Custas processuais e honorários profissionais (advocatícios e periciais).....	1047
2.7	Dimensão coletiva e tutela individual do consumidor: julgamento de casos repetitivos.....	1049
2.7.1	Incidente de resolução de demandas repetitivas	1053
2.7.2	Recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1056
3.	Efetividade da Tutela dos Direitos dos Consumidores.....	1059
3.1	Ação de cumprimento específico da obrigação	1060
3.1.1	Disciplina específica do CDC e o Código de Processo Civil de 2015	1062
3.1.2	Tutela inibitória específica	1065
3.2	Ação de responsabilidade civil do fornecedor.....	1067
3.3	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	1069
3.4	Produção antecipada da prova e exibição de documentos	1071
3.5	Ações revisionais no direito do consumidor	1074
3.6	Ação de exigir contas	1076
PARTE V – PROTEÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSUMIDOR.....		1079
1.	A Administração Pública e a Defesa do Consumidor.....	1081
1.1	Agências reguladoras e defesa do consumidor.....	1082
1.2	Exercício do poder de polícia e defesa do consumidor	1085
1.3	Procedimento administrativo de <i>recall</i>	1093

2. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	1099
2.1 Composição	1100
2.2 Competência.....	1104
2.3 Competência concorrente dos órgãos do SNDC	1108
3. A Regulação Administrativa dos Serviços Públicos e o Direito do Consumidor	1119
3.1 A regulação administrativa dos serviços públicos	1121
3.2 Marcos regulatórios e direito do consumidor	1127
3.2.1 Marcos regulatórios gerais	1130
3.2.2 Marcos regulatórios setoriais.....	1133
4. Sanções Administrativas: Gênese e Aplicação	1135
4.1 Sanções objetivas	1138
4.2 Sanções subjetivas.....	1141
4.3 Sanções pecuniárias	1143
PARTE VI – DIREITO PENAL DO CONSUMIDOR	1147
1. Função do Direito Penal na Repressão aos Crimes contra as Relações de Consumo	1153
2. Tipologia dos Crimes contra as Relações de Consumo: CDC e Lei 8.137/1990	1155
2.1 Os tipos penais na Lei 8.137/1990.....	1159
2.1.1 Favorecimento ou preferência, sem justa causa, de comprador ou freguês.....	1160
2.1.2 Venda ou exposição à venda de mercadoria com embalagem ou especificações em desacordo com as prescrições legais.....	1161
2.1.3 Mistura de gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para venda ou exposição como puros ou de mais alto custo.....	1162
2.1.4 Fraude a preços.....	1163
2.1.5 Elevação indevida do valor cobrado nas vendas a prazo	1164
2.1.6 Sonegação de insumos ou bens para fins de sonegação.....	1165
2.1.7 Indução do consumidor ou usuário a erro	1166
2.1.8 Destruição, inutilização ou dano de matéria-prima ou mercadoria para provocar alta de preço.....	1168
2.1.9 Venda, depósito ou exposição para venda de mercadoria ou matéria-prima impróprias para o consumo.....	1168
2.2 Competência para processar e julgar os crimes contra as relações de consumo	1172
3. Tipos Penais no Código de Defesa do Consumidor	1175
3.1 Omissão de dizeres ou sinais ostensivos e de alerta sobre a nocividade ou periculosidade do produto.....	1175

3.2	Omissão de comunicação e de retirada do produto nocivo ou perigoso do mercado.....	1177
3.3	Execução de serviço de alto grau de periculosidade sem autorização	1179
3.4	Afirmção falsa ou enganosa, ou omissão de informação relativa a produto ou serviço.....	1181
3.5	Promoção de publicidade enganosa ou abusiva.....	1183
3.6	Promoção de publicidade prejudicial ou perigosa.....	1185
3.7	Omissão na organização de dados relativos à publicidade	1187
3.8	Emprego de componentes usados sem autorização do consumidor	1188
3.9	Cobrança abusiva de dívidas.....	1189
3.10	Impedimento ou obstáculo de acesso a informações.....	1191
3.11	Omissão na correção de dados.....	1192
3.12	Omissão na entrega de termo de garantia	1193
4.	Circunstâncias Agravantes e Atenuantes	1195
5.	Outras Penalidades e Penas Restritivas de Direitos	1197
6.	Responsabilidade dos Dirigentes e Outras Pessoas que Concorrem para o Crime.....	1201
7.	Assistência e Ação Penal Subsidiária nos Crimes contra as Relações de Consumo.....	1203
	Bibliografia	1205